

## **As práticas de venda e fiscalização de gêneros alimentícios em Florianópolis no contexto da cidade nas primeiras décadas da República**

Angela Bernadete Lima

[angela\\_ufsc@hotmail.com](mailto:angela_ufsc@hotmail.com)

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo pretende analisar, através de jornais e documentos da secretaria de higiene, as práticas de venda e a fiscalização dos alimentos que eram vendidos em Florianópolis durante as duas primeiras décadas do regime republicano, em especial no segundo governo de Hercílio Luz. O recorte temporal visa perceber e destacar como a fiscalização e a venda, de alguns gêneros específicos, ganhavam destaque nas reclamações publicadas nos jornais e de certa forma levam o então governador a tomar medidas que trouxeram significativas mudanças.

Palavras-chave: Alimentos, fiscalização, cidade.

Abstract: This article intends to analyze, through periodicals and documents of the hygiene secretariat, practical of sales and the fiscalization of the foods that were vendidos in Florianópolis during the two first decades of the republican regimen, in special in government of Hercílio Luz. The secular clipping aims at to perceive and to detach as the fiscalization and the sales, of some specific sorts, gained prominence in the claims published in periodicals and which the measures taken for the governor for the city.

Keywords: Food, legislation, city

*Practical of sales and the fiscalization of foodstuffs in Florianópolis in the context of the city in the first decades of Republic*

Atualmente os alimentos destinados ao consumo ganham diversos cuidados para garantir a sua qualidade. Por outro lado, a qualidade dos alimentos vendidos na capital catarinense, especialmente nas duas primeiras décadas do século XX, configurava-se como um sério problema para a população e para o governo de Santa Catarina. Com isso, eram recorrentes nos jornais do período queixas e críticas acerca da qualidade de alguns alimentos e também as condições de higiene em que se encontravam os pontos de venda. Entre os gêneros alimentícios mais citados nas reclamações encontramos a carne e o leite. É importante ressaltar que neste momento não havia um órgão



Angela B. Lima: As práticas de venda e fiscalização de gêneros alimentícios em Florianópolis no contexto da cidade nas primeiras décadas da República específico para este tipo de fiscalização, o que dava margem de ação para que muitos vendedores praticassem alterações nesses alimentos.

Outro problema recorrente da deficiência de uma fiscalização específica fica por conta da falta de procedência de alguns gêneros alimentícios, como as carnes em geral. Não havia até este momento a real preocupação com as condições de higiene e mesmo de conservação dos alimentos que eram destinados a venda. Tudo isso certamente está associado à falta de políticas que visassem regulamentar essas atividades na capital garantindo aos consumidores a mínima qualidade nos alimentos que adquiriam nos diversos pontos de venda.

No entanto a percepção desses problemas, especialmente por parte dos setores sociais dominantes, está em muito coligado a um crescente agravamento do medo relacionado às condições de higiene e salubridade encontradas no espaço urbano, associada em grande medida à crescente problematização dos modos de vida da população de baixa renda.

Com o advento da república surge a necessidade de mudanças significativas no espaço urbano de Florianópolis. O discurso de que seria agora preciso rever práticas e costumes encontravam-se diretamente vinculado com os novos ares trazidos pela república no Brasil. A cidade deveria, portanto, passar por mudanças necessárias ao seu adequamento as novas necessidades por ser a capital do estado.

Se no século XIX a cidade desempenhava a função de entreposto comercial, com sua arquitetura atendendo a esta característica deixando de lado à antiga condição de local de povoamento militar, no século XX as mudanças refletem a nova função a ser desempenhada, a de capital do estado que serviria de modelo. A capital continuaria em certa medida sendo responsável pelo escoamento da produção do estado.

No século XIX, o porto de Desterro era muito importante. Trazendo prosperidade para os comerciantes, exportadores e também para os que trabalhavam na construção naval. Foi devido à frequência dos navios, tanto de comércio como também de passageiros, que observamos uma diversificação das atividades urbanas e o aumento significativo nas ofertas de emprego para outros segmentos sociais.<sup>1</sup> Com essa intensificação de mercadorias e de pessoas, surgem serviços como, hotéis, restaurantes,

---

<sup>1</sup> KUPKA, Roselane Neckel. *Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis – 1910/1930*. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.



Angela B. Lima: As práticas de venda e fiscalização de gêneros alimentícios em Florianópolis no contexto da cidade nas primeiras décadas da República  
estalagens e etc. Observa-se também o surgimento de um comércio de varejo que se concentra na antiga rua do Príncipe, hoje Conselheiro Mafra.

Com todas essas mudanças ocorridas com a intensificação da circulação na cidade de Florianópolis, surge um comércio ambulante de alimentos, que se apresenta problemático especialmente por conta do advento das novas diretrizes de higiene que são abordadas nos discursos médico-sanitaristas das primeiras décadas do século XX. Neste período houve por parte do poder público uma intensa movimentação no sentido de implantar tais medidas que além de contar com modificações nas próprias práticas médicas, demandam do mesmo modo transformações indispensáveis na estrutura da cidade e, principalmente a conscientização popular, que deveria ser realizada através da educação.

Esse de fato não era um problema e uma preocupação recente, ainda no século XIX a administração pública já estava ciente dos problemas decorrentes da salubridade e da higiene pública. No entanto foram poucas e insuficientes as medidas concretizadas no final do século, diferente da situação do início do século XX, onde observamos uma acomodação dos conflitos, quando as paisagens da cidade modificaram-se significativamente.<sup>2</sup> Segundo a historiadora Roselane Neckel:

Ao lado da abertura e do calçamento das ruas, de organização de praças, de limpeza de logradouros públicos, acentuaram-se as preocupações dos administradores em dotar a cidade de obras de saneamento que garantissem a manutenção de uma nova ordem e de um novo modo de vida.<sup>3</sup>

E foi desta maneira, construindo a ideia de que a vila, que outrora fora base militar, necessitava agora adquirir ares de modernidade, que as falas das elites políticas pregavam que a solução dos problemas decorrentes da precariedade da higiene pública configurava-se com condição *sine qua non* para prosperidade de Florianópolis. De fato a capital, nos arquétipos em que se encontrava, com ares de vilarejo, era definitivamente incompatível com as novas prerrogativas sociais e políticas.

Neste contexto, de necessidades de mudanças e de novos padrões sendo cada vez mais impostos pelos administradores públicos, pelas elites e também em grande medida pela imprensa local, o alvo principal de toda essa política de mudanças era certamente

---

<sup>2</sup> NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina. Modernidade e Exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 53.

<sup>3</sup> Idem.



Angela B. Lima: As práticas de venda e fiscalização de gêneros alimentícios em Florianópolis no contexto da cidade nas primeiras décadas da República as classes baixas. O que mais fortemente caracterizou as mudanças que ocorreram, especialmente no segundo mandato de Hercílio Luz, em 1918, foi a intervenção quase que direta na vida dessa população. Através das políticas de saneamento, de saúde, abastecimento urbano, de controle de doenças, o governo do estado intervinha na vida das pessoas pobres, pois essas medidas pouco a pouco adquirem caráter de controle de alguns hábitos que passam a ser vistos como uma inadequação ao novo modelo capitalista que a cidade pretendia incorporar. Ou seja, antigas práticas de sobrevivências das pessoas mais pobres deveriam ser banidas do espaço urbano.

A capital do estado vivia ainda sobre os estremeções dos recentes acontecimentos que trouxeram significativas mudanças, é o caso da Revolução Federalista e a conseqüente mudança de nome da cidade de Desterro para Florianópolis. Outro fator de importante observância neste contexto de transformações diz respeito a economia da cidade, que estava decadente nos primeiros anos da república. O porto que outrora era símbolo do crescimento da cidade estava em declínio e as demais atividades como as de produção e de abastecimento encontravam-se igualmente insuficientes. Somado a isso, encontramos uma deficiência no que diz respeito aos estabelecimentos de comércio da cidade:

Em 1914, Florianópolis possuía somente 606 casas comerciais. Além da fábrica de pregos, do estaleiro Arataca e da fábrica de bordados Hoepcke, havia uma pequena indústria de bens de consumo, que resumia-se em móveis, torrefação de café, telhas de cimento, vinagre, bebidas, sabão, cigarros, massas alimentícias e refinação de açúcar.<sup>4</sup>

Como podemos perceber, o abastecimento da cidade encontrava-se ainda insuficiente e somado a isso as pessoas que faziam do comércio ambulante de alguns gêneros alimentícios como a carne, o leite, alguns víveres e frutas e verduras, a forma de obtenção de renda e também de comércio daquilo que produziam passaram a ser vistas com maus olhos por aqueles que acreditavam que a reforma urbana somada aos novos ideais de cidade deveriam banir do espaço urbano esse tipo de atividade.

O comércio ambulante era muito comum nas ruas da capital, era uma forma de suprir as necessidades de abastecimento de alguns gêneros. No entanto os alimentos que eram oferecidos por estes ambulantes não passavam por uma fiscalização que garantissem sua qualidade e também as próprias condições de higiene nos locais de

---

<sup>4</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. *História de Florianópolis Ilustrada*. Florianópolis: Insular, 2004. p. 279.



Angela B. Lima: As práticas de venda e fiscalização de gêneros alimentícios em Florianópolis no contexto da cidade nas primeiras décadas da República  
venda e mesmo a precariedade na conservação dos alimentos perecíveis como a carne e o leite gerava preocupação do governo e também inúmeras reclamações que podem ser facilmente encontradas nos jornais do período.

E neste momento, o problema da carne configurava-se como um grande desafio a nova administração pública, tendo em vista, sobretudo que não havia abatedouros públicos que apresentassem boas condições de higiene, de acordo com as novas resoluções urbanas. Somado a carestia de carne de boa qualidade está certamente o problema do preço deste gênero que era oferecido ao consumidor. Não raro encontramos nos jornais reclamações acerca da ação dos especuladores, que tornavam o preço da chamada carne verde exorbitante para as condições financeiras da maioria da população. É importante ressaltar que a carne, juntamente com o leite, configurava-se como o alimento mais importante do período.

No entanto o seu consumo ficava comprometido pela falta de um fornecimento confiável. E escassez não ficava restrita somente a carne e ao leite, mas igualmente os produtos oriundos da agricultura, já que a produção agrícola da ilha nem ao menos abastecia suficientemente a população local. Vinham de outras localidades do estado os produtos necessários<sup>5</sup>. O problema do abastecimento de carne foi em parte resolvido com o estabelecimento na localidade da Praia de Fora (atualmente Beiramar Norte) de um matadouro que atendia as exigências da Inspeção de Higiene do Estado:

Eram constantes as reclamações populares contra os preços exorbitantes da carne verde, exposta a venda no nosso mercado. Nestes últimos meses o precioso alimento custava 1\$300 a 1\$600 o kilo. Os açougueiros fizeram a declaração de que, d'ora avante, o preço seria variável, enquanto durasse a crise do gado.

O Sr. Affonso de Assis, estabeleceu na Pedra Grande, Praia de Fora, um matadouro higienico, onde está abatendo diariamente um a dois bois. Ali, também abriu um açougue para a venda de carne, a razão de 800 e 1\$000 rs. o kilo, de segunda e de primeira qualidades. Não há mão a medir. Nas vespuras da venda da carne grande numero de pessoas disputa a compra, por módico preço, de essencial alimento.

O Sr. Affonso de Assis irformou-nos que pretende montar outro açougue na Figueira, onde os preços serão os mesmos isto é, de 800 a 1\$000 rs. o kilo.

Os resultados obtidos por esse comerciante, conforme nos disse, são satisfatórios.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> NECKEL. Op. cit. p. 55

<sup>6</sup> Jornal *República*. Florianópolis, 11/10/1918. p.10



Angela B. Lima: As práticas de venda e fiscalização de gêneros alimentícios em Florianópolis no contexto da cidade nas primeiras décadas da República

No entanto o estabelecimento deste matadouro, como já dissemos, resolveu uma pequena parte do problema, pois atendia somente as comunidades mais próximas. E sobre isso podemos observar também nos jornais do período que as comunidades que se encontravam fora do perímetro urbano central, quando não tinham uma pequena criação de animais ou mesmo uma pequena lavoura de subsistência, precisava se deslocar até a parte central da cidade onde encontravam mais facilmente as pequenas feiras e os ambulantes que vendiam gêneros alimentícios. O comércio de alimentos na área central da cidade era feito também no Mercado Público, que na época apresentava vários problemas no que se refere às condições de venda e conservação dos alimentos.

Assim como a carne, também o leite figurava como um dos grandes problemas no abastecimento da capital, não somente pela escassez ou má qualidade, mas também pelos constantes problemas de adulteração que este alimento sofria nas mãos de alguns ambulantes e atravessadores. Nos jornais no período o leite também se configurava como uma constante reclamação, forçando os moradores da capital a solicitar ao governo do estado um atitude no sentido de investir na melhoria do gado e também na maior fiscalização do leite que era oferecido aos consumidores:

Hontem dissemos da carne. Com Ella talvez haja uma exploração dos especuladores ávidos dos lucros permitidos pela anormalidade da época. Com o leite, porem, há um verdadeiro crime. Os vendedores ambulantes desse alimento não vacillam na escolha dos ingredientes com que falsificam: água suja, polvilho, barro... tudo serve e todos os meios são bons para a prática do crime.

Vivendo nós mesmos á mercê da falta de hygiene de todos os gêneros alimentícios, expostos á venda sem nenhuma precauções, temos ainda a ingerir leite que sobre ser pobre de substancias nutritivas, ainda nos é vendido levado de quantas immundicies lhe adiciona a habilidade criminosa dos seus vendedores.<sup>7</sup>

O Jornal *A República* chama a atenção, também, para a necessidade da criação de um órgão de fiscalização mais eficiente do leite, pois o que se encontra em vigência tem freqüentemente deixado passar pelas malhas de seu trabalho a maior parte das adulterações praticadas pelos falsificadores. Somado a isso também não se encontrava aparelhada dos instrumentos necessários a uma análise eficaz desse alimento.

Desta maneira, através das falas do período que podem ser encontradas nos jornais e nos documentos oficiais, podemos perceber que o advento da república e todo

---

<sup>7</sup> O leite. Jornal *República* – Florianópolis, 03/10/1918.p.5.



Angela B. Lima: As práticas de venda e fiscalização de gêneros alimentícios em Florianópolis no contexto da cidade nas primeiras décadas da República

o aparato que este novo regime requeria influenciaram em muito as vivências nas cidades brasileiras e em Florianópolis não foi muito diferente. Com as mudanças ocorridas na capital, com as reformas e as medidas de saneamento e de higienização interferiram na vida da população, especialmente das camadas menos abastadas. Buscava-se modificar as formas de sobrevivência dessas pessoas, pois juntamente com as novas normas e condutas da vida social também configurava-se de maneira a se ajustar a essas o mercado de trabalho, que precisava de indivíduos capazes de adequarem-se às suas regras e interesses. E isso requer certa modificação nos modos de viver tradicionais, que baseavam-se em atividades informais, de acordo com os ritmos da natureza. Muitos tiveram que, além de abandonar antigos hábitos, deixar a área central e se dirigir as localidades do interior da ilha ou mesmo para os novos bairros do continente.

Os moradores do bairro Estreito, por exemplo, configurava um verdadeiro subúrbio da capital para onde pouco a pouco iam dirigindo-se pessoas da ilha, especialmente empreendimentos das reformas na capital. A população mais pobre via-se obrigada a deixar aquele espaço, pois essas pessoas não conseguiam adequar-se as novas exigências da Inspeção de Higiene, que proibia entre, outras coisas, a criação de animais a solta nos terrenos baldios e nos quintais das residências.

Portanto para ter acesso aos alimentos, a população que vivia na parte continental precisava fazer a travessia até parte insular da capital. Sobre isso alguns jornais chamavam a atenção para a necessidade do estabelecimento de um mercado no bairro Estreito, para que o fornecimento de carne, pescados e de legumes aos moradores fosse realizado sem a necessidade das perigosas travessias continente-ilha.

Com a crescente fiscalização a produção, o fornecimento e a venda dos alimentos na capital, em 1919 houve a reorganização da Inspeção de Higiene do Estado, que agora passou a chamar-se Diretoria de Higiene do Estado. Com a remodelação o órgão fica agora responsável pelas visitas domiciliares e também pela campanha de conscientização sobre higiene em diferentes locais públicos. Somada a esta diretoria, também a imprensa exerce papel fundamental na conscientização e de certo modo na fiscalização. Pois era recorrente nas páginas dos jornais, notícias e denúncias relativas a má qualidade dos alimentos vendidos e também algumas práticas consideradas inadequadas ao novo modelo social.



Angela B. Lima: As práticas de venda e fiscalização de gêneros alimentícios em Florianópolis no contexto da cidade nas primeiras décadas da República

Houve, portanto uma grande interferência do poder público no comércio local, que em certa medida vem a somar-se a real intenção de garantir a arrecadação de mais impostos. E com o aumento na cobrança de impostos sobre os alimentos vendidos, inevitavelmente observamos o aumento nos preços dos produtos oferecidos aos consumidores e por outro lado tornava a participação dos mais pobres nesse ramo mais difícil.

E com relação ao leite, como vimos, com as constantes reclamações acerca de sua adulteração, eram recorrentes as multas aplicadas aos vendedores ambulantes. Esse trabalho ficava na responsabilidade da Inspetoria de Laticínios, que não estava aparelhada o suficiente para dar conta do trabalho. Em relatório apresentado ao Secretário do Interior da Justiça, o Dr. Joaquim David Ferreira Lima, então Diretor de Higiene, chama a atenção para os sérios problemas do abastecimento de leite:

(...) os vendedores de leite, que se julgaram prejudicados com a nova forma por que devia ser feito o seu comércio, que não poderia realizar-se senão apresentando-se aquele gênero alimentício esterilizado, filtrado e acondicionado em garrafas apropriadas também esterilizadas, combinaram entre si, e numa espécie de greve, vieram chegando nesta cidade grandes grupos, e somente foram entregar o leite para exame na Inspetoria depois das 3 horas da manhã. O leite, que antes de ser entregue a domicílio, tinha que ser examinado, esterilizado e engarrafado, só pode ser distribuído em horas muito adiantada do dia, o que levou a múltiplas reclamações e a irregularidades tais que achamos de bom aviso suspender o serviço iniciado.<sup>8</sup>

Entre as principais medidas adotadas pela Diretoria de Higiene a partir de 1920, além das relativas ao abastecimento de leite encontramos também as proibições acerca das criações de animais que eram feitas nos quintais das casas das classes baixas principalmente. Também ficaram proibidas a utilização dos chamados capinzais e dos terrenos baldios para a criação dos animais ou mesmo para plantações e retirada de lenha. Todas essas medidas visavam erradicar os hábitos não condizentes com as normas higiênicas as quais a cidade estava enquadrando-se. Foi sobre a população pobre que os investimentos higienistas concentraram seus esforços<sup>9</sup>.

No entanto, a despeito do controle e da intensificação do processo de urbanização, essas práticas, ditas tradicionais, resistem e podem ser percebidas, embora

---

<sup>8</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Arthur Boiteux, secretário do Interior da Justiça, pelo Sr. Dr. Joaquim David Ferreira Lima, diretor de Higiene do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1920. p.49.

<sup>9</sup> NECKEL. Op. cit. p. 86.





Angela B. Lima: As práticas de venda e fiscalização de gêneros alimentícios em Florianópolis no contexto da cidade nas primeiras décadas da República em um número ínfimo, ainda hoje em muitas localidades da ilha. Podemos através dessas permanências perceber que ainda na época algumas dessas atividades, que garantiam a sobrevivência, conseguem burlar as políticas de urbanização e sobrevivem no improviso. Isso permite-nos compreender também que, se haviam recorrentes reclamações nos jornais ou nos relatórios das comissões de higiene, é porque verdadeiramente houveram as tentativas de permanecer com os mesmos hábitos, com as mesmas atividades.

Fontes:

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Arthur Boiteux, secretário do Interior da Justiça, pelo Sr. Dr. Joaquim David Ferreira Lima, diretor de Higiene do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1920. p.49.

Jornal República, 03/10/1918, p.5 – 11/10/1918, p.10.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Hermetes Reis de. A Invenção do Litoral: reformas urbanas e reajustamento social na Primeira República. 1889. Dissertação de Mestrado. PUC, São Paulo: 1989.

CORRÊA, Carlos Humberto. *História de Florianópolis Ilustrada*. Florianópolis: Insular, 2004.

KUPKA, Roselane Neckel. *Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis – 1910/1930*. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. *A República em Santa Catarina. Modernidade e Exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

